

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES –
CPLO ERALDA ETRA MARIA LESSA DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL
DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL/RO.**

**Ref.: Processo nº. 0009.005088/2023-71/DER/RO,
Concorrência Pública n.º 012/2023/CPLO/SUPEL/RO**

MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº.
08.666.201/00001-34, domiciliada na Rodovia BR 364, Km 4,5, s/n,
bairro Lagoa, Porto Velho/RO, vem, muito respeitosamente, à
presença de Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao
Recurso Administrativo apresentado pelas empresas licitantes **BWC
ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA - ME**, nos termos a seguir
pormenorizadamente descritos.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Velho/RO, 20 de novembro de 2023.



MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ sob nº. 08.666.201/0001-34

I - DA TEMPESTIVIDADE

De acordo com o §3º do art. 109 da Lei de Licitações, os licitantes têm prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de impugnação ao recurso interposto.

Considerando que a Recorrida tomou ciência dia 13.11.2023 (segunda-feira), e considerando o feriado nacional do Dia da Proclamação da República em 15.11.2023 (quarta-feira), tem-se a projeção do prazo recursal em 21.11.2023 (terça-feira). Destarte, inquestionável a tempestividade do presente instrumento de contrarrazões ao recurso administrativo.

DO MÉRITO

II – DO DESCUMPRIMENTO DA RECORRENTE BWC ASSESSORIA – ITEM 16.4.4 – AUSÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Recorrente BWC ASSESSORIA suscita em suas razões recursais que atendeu perfeitamente as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação regular e completa.

De acordo com a alegação da Recorrente, ela comprovou sua capacidade técnico-profissional, com a apresentação de atestados do desempenho anterior para demonstrar sua capacidade técnica, bem como afirma que houve uma severidade da Administração ao exigir atestado de todos os serviços, até os que a Recorrente julga menos relevante para o objeto contratual.

Pois bem.

No entanto, as razões da Recorrente não se sustentam, tanto é que no seu recurso sequer menciona que também foi inabilitada por não apresentar a Declaração Recorrente por descumprimento do edital, já que não apresentou a declaração emitida pela SEJUS, referente à contratação de pessoas privadas de liberdade.

DA DECISÃO DA COMISSÃO: “[...] decidiu **INABILITAR** as empresas: **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTO LTDA - ME**, nos Lotes 01, 02, 03, 04 e 05, por não apresentar a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS/RO, que dispõe acerca de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, aptas à execução de trabalho, nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, descumprido parcialmente assim, o item 16.1,

Portanto, ao contrário demonstra claramente que ela não cumpriu com as exigências do edital e apresenta um recurso frágil, sem nenhuma comprovação de vinculação ao edital, como a seguir será pormenorizado.

N. Julgador, conforme determina o edital, o item 16.4.4, no ato da habilitação as licitantes devem apresentar atestado de capacidade técnica onde comprove, PARA CADA LOTE, a execução de obras com características semelhantes ao objeto da licitação:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Proc. Adm. nº 0009.005088/2023-71
CP nº 012/2023/CPLO/SUPEL/RO

16.4 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

16.4.4 – Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove, **PARA CADA LOTE**, a execução de obras com características semelhantes ao objeto da licitação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

Veja que o edital é categórico ao dispor que deve ser um atestado para cada lote, devendo conter a execução dos serviços relacionados em cada planilha exposta no certame, admitindo-se ainda, o somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos.

Ocorre que a Recorrente deixou de apresentar todos os atestados e interpõe um recurso com intuito de camuflar seu descumprimento ao edital com alegações de que a Administração Pública não pode ser severa, que devia ter sido indicada a parcela de maior relevância e não exigir atestado de todos os serviços.

Bem como suscita a padronização do edital pela Administração, que a exigência foi estapafúrdia e divergente do objeto licitado.

Visível que o recurso interposto pela Recorrente BWC ASSESSORIA está abarcado de chicanas processuais, que não merecem sequer análise.

Observa-se que no Julgamento de Habilitação, a Comissão não habilitou a Recorrente BWC ASSESSORIA ao não comprovar, mediante atestado, o quantitativo mínimo de qualificação técnica operacional para todos os lotes, referentes aos seguintes serviços:

- **"transporte basculante 6 m3 em rodovia com leito natural"**
- **"Piso em concreto 20 m pa preparo mecânico, incluso juntas de dilatação em madeira",**
- **"Obra de arte corrente -Bueiros celulares e Galerias",**
- **"guia (meio-fio) e sarjeta conjugados de concreto, moldada in loco em trecho reto com extrusora" e**
- **"escavação mecanizada de vala com prof. até 1,5 m (média montante e jusante/uma composição por trecho), escavadeira (0,8 m3), larg. de 1,5 m a 2,5 m, em solo de 1 categoria",**

Vejamos a decisão da Comissão que inabilitou a Recorrente:

DA DECISÃO DA COMISSÃO: “[...] decidiu INABILITAR as empresas: BWC ASSESSORIA EEMPREENHIMENTO LTDA - ME, nos Lotes 01, 02, 03, 04 e 05, (...)

por não comprovar quantitativo mínimo de qualificação técnica operacional, para todos os lotes, do serviço de "transporte com caminhão basculante 6 m3 em rodovia com leito natural", bem como por não comprovar capacidade técnica operacional, para todos os lotes, dos serviços de "Piso em concreto 20 m pa preparo mecânico, incluso juntas de dilatação em madeira", "Obra de arte corrente -Bueiros celulares e Galerias", "guia (meio-fio) e sarjeta conjugados de concreto, moldada in loco em trecho reto com extrusora" e "escavação mecanizada de vala com prof. até 1,5 m (média montante e jusante/uma composição por trecho), escavadeira (0,8 m3), larg. de 1,5 m a 2,5 m, em solo de 1a categoria", descumprido parcialmente assim, o subitem 16.4.4 do Edital.

Como se depreende no Edital, a Recorrente não apresentou nenhum atestado referente aos itens 2, 5 e 6:

LOTE 01

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Quantidade Equivalente (1)	Quantidade Equivalente (2)
2	Piso em concreto 20 mpa preparo mecânico, incluso juntas de dilatação em madeira	m ²	2.215,00		
5	escavação mecanizada de vala com prof. até 1,5 m (média montante e jusante/uma composição por trecho), escavadeira (0,8 m3), larg. de 1,5 m a 2,5 m, em solo de 1a categoria	m ³	1.382,89		
6	transporte com caminhão basculante 6 m3 em rodovia com leito natural	m ³ x km	25.505,73		

Enquanto os itens 3 e 4 a Recorrente apresentou um atestado sem constar o número da ART:

LOTE 01					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Quantidade Equivalente (1)	Quantidade Equivalente (2)
3	Obra de arte corrente - Bueiros celulares e Galerias.	m	338,00		
4	guia (meio-fio) e sarjeta conjugados de concreto, moldada in loco em trecho reto com extrusora	m	1.500,00		

No entanto, esses atestados referentes aos itens 3 e 4 sequer devem ser aceitos pela Comissão, já que o edital é claro ao determinar que os atestados somente serão aceitos quanto houver a indicação do nº da ART e/ou RRT que lhe deu a origem:

16.4.4.1. Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART e/ou RRT que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.

Em análise ao acervo de habilitação da Recorrente, se nota que ela definitivamente não cumpriu com as exigências editalícias e demanda levar a erro essa Comissão, porquanto deixou de apresentar atestados referentes aos itens 2, 5 e 6 e nos itens 3 e 4 apresentou atestado em desconformidade ao edital.

Mas não para por aí, em análise aos documentos apresentados pela Recorrente, os seus quantitativos não estão relacionados às exigências do certame. Vê-se que no edital exige a execução de piso concreto 20 mpa preparo mecânico, incluso juntas de dilatação em madeira, na **quantidade mínima de 2.215,00 m³:**

item	ESPECIFICAÇÃO	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5
------	---------------	--------	--------	--------	--------	--------

2	Piso em concreto 20 mpa preparo mecânico, incluso juntas de dilatação em madeira	2.215,00 M³	2878,28 M³	3.772,87 m³	2513,75 m³	2.445,13 m³
---	--	-------------	------------	-------------	------------	-------------

Enquanto no documento de habilitação a Recorrente apresentou um atestado sem a numeração do ART e sem a CAT, constando apenas a descrição de pavimento em concreto **de 477,05 m³**.

3.0	PAVIMENTAÇÃO (PAVIMENTO RÍGIDO)		
3.1	Regularização e compactação do sub leito	m²	2.385,28
3.2	Transporte de Material de 1ª cat c/ DMT até 5,0 Km	tonxkm	6.821,89
3.3	Base de solo estabilizado s/ mistura	m³	954,11
3.4	Pavimento em concreto, fck=30 Mpa com junta serrada	m³	477,05
3.5	Lona Plástica 0,2 mm	m²	3.385,28

O fato é que não foi localizada na documentação um atestado sobre a especificação do serviço estabelecido pelo edital referente ao item 2, tampouco a quantificação disposta no documento da Recorrente supre a exigida pelo edital.

Quanto ao item 3, o edital especifica o serviço como obra de arte corrente – bueiros celulares e galerias, com as seguintes quantidades específicas a cada lote:

item	ESPECIFICAÇÃO	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5
3	Obra de arte corrente - Bueiros celulares e Galerias.	338 M	372,36 M	152,8 m	294,52 m	378,77 m

No documento apresentado pela Recorrente, menciona a execução de corpo de bueiro tubular e celular de 384m:



MADECON

CONCRETO BRITA | PAVIMENTAÇÃO

4.6 – Execução de corpo de bueiro tubular e celular de:

4.6.1 – BSTC D=1,00m

AC/BC/PC

384,00m

Em exame, é facilmente detectável o descumprimento, porquanto o edital exige a comprovação da execução de obra de arte corrente e não apenas de bueiro celular, o que demonstra a ausência de expertise da Recorrente no alusivo serviço.

O item 4 da planilha do edital exige a comprovação de guia (meio-fio) e sarjeta conjugados de concreto, moldada *in loco* em trecho reto com extrusora:

item	ESPECIFICAÇÃO	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5
4	guia (meio-fio) e sarjeta conjugados de concreto, moldada <i>in loco</i> em trecho reto com extrusora	1500 M	1965,36 M	2564,54 m	2.302,92 m	1665,68 m

A Recorrente, por sua vez, apresentou um atestado inconsistente, sem o número da ART, comprovando a execução de meio-fio e sarjeta no quantitativo de 1.712,50 m:

7.0	DRENAGEM		
7.1	Meio-fio e sarjeta	m	1.712,50

Porém, nesse item, a Recorrente apenas descreve o quantitativo do serviço de meio fio e sarjeta, no entanto, não cumpre o edital, pois não se enquadra na forma de executar o serviço “conjugados em concreto, moldada *in loco* em trecho reto com extrusora”.

Ademais, a Recorrente BWC sequer comprovou que possui atestado para comprovar o quantitativo determinado no edital referente ao lote 01, ou seja, não comprovou sua capacidade técnica para ser habilitada no certame.

O edital exige também no item 5, a execução de escavação mecanização de vala com profundidade de até 1,5m, com as seguintes especificações:

item	ESPECIFICAÇÃO	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5
5	escavação mecanizada de vala com prof. até 1,5 m (média montante e jusante) uma composição por trecho), escavadeira (0,8 m ³), larg. de 1,5 m a 2,5 m, em solo de 1ª categoria	1382M ³	5.225,73 m ³	5.745,21 m ³	3.115,17 m ³	4.017,16 m ³

Nas páginas 47 e 48 dos documentos de habilitação da Recorrente, menciona as seguintes execuções de serviços e seus quantitativos, que não cumprem ao edital, porquanto não é o específico ao exigido, sequer há que se falar em serviço semelhante:

1 11 – Esc. Carga e transporte em material de 1ª cat. com DMT De 1400 a 1600m 14 796,00m³

1 12 – Esc. Carga e transporte em material de 1ª cat. com DMT De 1600 a 1800m 0 00m³

1 13 – Esc. Carga e transporte em material de 1ª cat. com DMT De 1800 a 2000m 13 163,53m³

1 14 – Esc. Carga e transporte em material de 1ª cat. com DMT De 3000 a 5000m 6 785,50m³

Já referente ao item 6, o edital exigiu a comprovação de transporte com caminhão basculante 6 m³ em rodovia com leito natural:

item	ESPECIFICAÇÃO	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5
------	---------------	--------	--------	--------	--------	--------

6	transporte com caminhão basculante 6 m3 em rodovia com leito natural	25.505,73 M³x km	80.654,86 M³x km	15.920,48 M³x km	58.429,59 M³x km	98.077,27 M³x km
---	--	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Ao analisar os documentos da Recorrente, observa-se que ela não cumpriu com o determinado, porquanto não há nenhum serviço descrito nos atestados (sem ART ou CAT) quanto ao item especificado do certame.

Impugna-se a alegação da Recorrente eivada de imbróglios de que foram exigidos atestados de serviços em desconformidade com a licitação, ora, todos os itens correspondem ao objeto do certame.

O fato é que a Recorrente não possui capacidade para alcançar a homologação do certame, porquanto não comprovou sua expertise, sendo que ao contrário do que aduz, todos os itens descritos no edital são relevantes para execução da obra e devia a Recorrente ter apresentado o atestado para cada item, como exigido, precipuamente no edital.

Depreende-se, portanto, que a Recorrente descumpriu com as exigências editalícias, ao contrário da Recorrida MADECON, que obedeceu a todos os comandos do edital.

III - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Como se denota nos autos do certame, a empresa Recorrente não apresentou os atestados de capacidade técnica que comprovem sua aptidão para execução do objeto do certame e os atestados apresentados, não há descrição do número da ART e CAT, evidenciando o descumprimento ao edital.

Em conformidade com o art. 41 da Lei nº 8666/93, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, nem tampouco qualquer licitante, ao qual se acha estritamente vinculada. Como podemos perceber, esse princípio é corolário do princípio da legalidade.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da

igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Em virtude do PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, segundo o qual a Administração não pode descumprir as regras fixadas neste, sob pena de se macular o certame de evidente ilegalidade, sendo oportunos os seguintes ensinamentos de Marçal Justein Filho:

“O descumprimento de qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. (...) O descumprimento às regras do edital acarreta a nulidade dos atos infringentes. (...) Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia”. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativo, 8º Ed. Dialética, os. 417 e 4518).

Portanto, cabe ao administrador, assegurar a supremacia do interesse público, bem como a pluralidade de licitantes aptos a prestar os serviços, se vinculando a disposição do edital e não frustrando princípios basilares da Administração Pública.

No caso em tela, a decisão de inabilitação da Recorrente BWC deve ser mantida, considerando o inconteste descumprimento ao edital.

IV - DA LICITAÇÃO

Restou devidamente demonstrado que a Recorrida MADECON cumpriu a norma editalícia. E no bojo da presente peça das contrarrazões foi demonstrado de forma

pormenorizada que as alegações da Recorrente não possuem nenhum fundamento fático ou jurídico.

É fato incontroverso que não houve afronta aos princípios basilares da Administração Pública e da Carta Magna.

Por certo, que a boa-fé por parte da Recorrida MADECON é evidente, porquanto demonstrou que cumpriu os ditames impostos pelo edital, tendo sido habilitada no certame.

Deve a Administração Pública fixar em seus instrumentos convocatórios critérios objetivos, visando justamente o julgamento objetivo, senão vejamos acórdão 1324/2005 do colendo TCU:

"Estabeleça em seus instrumentos convocatórios, em atenção ao princípio do critério objetivo de julgamento das licitações, critérios objetivos de aceitabilidade das propostas das licitantes, tanto para o preço global como para os preços unitários. Acórdão 1324/2005 Plenário".

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

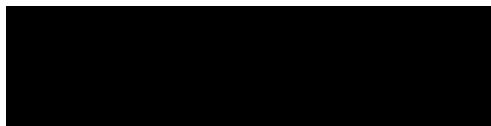
Pois bem. A decisão da Comissão em habilitar a Recorrida MADECON foi proferida dentro dos ditames legais, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes, a legalidade e vinculação ao edital, tendo como objetivo o interesse supremo da Administração Pública e toda a sociedade que será beneficiada com o objeto da presente licitação.

V - DOS PEDIDOS

Ex positis, requer-se a Vossa Senhoria, com sua digna e notória sapiência, não sejam conhecidos os argumentos da Recorrente BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, pelos motivos já narrados no presente recurso, por ser de direito e justiça.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Velho/RO, 20 de novembro de 2023.



MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ sob nº. 08.666.201/0001-34